



PP ONLINE NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPINAS: TECNOLOGIAS DIGITAIS A SERVIÇO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Janey Cristina da Silva Rodrigues¹

Maria Sílvia P. de M. Librandi da Rocha²

RESUMO

Este artigo examina, a partir de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e documental a implementação da plataforma digital PP Online pela Secretaria Municipal de Educação de Campinas (SME-Campinas), discutindo suas potencialidades e limites no processo de consolidação da gestão democrática na educação pública. Considerando a pesquisa bibliográfica etapa fundamental na construção de um referencial teórico consistente, fornecendo subsídios para a análise crítica do objeto investigado e a pesquisa documental como particularmente relevante no campo educacional, pois possibilita compreender as intenções, tensões e contradições que atravessam os discursos e as políticas educacionais expressas em documentos oficiais, como o Projeto Pedagógico (PP). O estudo objetiva articular reflexões sobre as relações entre tecnologias digitais, autonomia, participação e emancipação pedagógica. Também são mobilizados resultados de pesquisas recentes sobre a elaboração de projeto pedagógico online e sobre a trajetória da Avaliação Institucional Participativa (AIP) na rede municipal de Campinas, que evidenciam aproximações conceituais entre ambas as políticas. Conclui-se que o PP Online, quando orientado pelos princípios da dialogicidade freireana e da socialização do poder proposta por Victor Paro, pode configurar-se como uma tecnologia pública emancipatória, promotora da transparência e da participação social. Entretanto, sua efetivação requer condições concretas de autonomia institucional, tempo coletivo e formação política dos sujeitos escolares envolvidos.

Palavras-chave: gestão democrática; tecnologias digitais; participação; transparência; Projeto Pedagógico.

INTRODUÇÃO: GESTÃO DEMOCRÁTICA E EMANCIPAÇÃO PEDAGÓGICA

A gestão democrática da escola pública é um princípio constitucional (CF/1988, art. 206, inciso VI) e pressupõe a socialização do poder, o diálogo entre os sujeitos e a construção coletiva das decisões educacionais. Victor Henrique Paro (1997; 2001; 2003) entende que a democratização da gestão é um exercício ético e político de partilha do poder, no qual a coletividade escolar assume papel protagonista nas definições dos fins e meios da educação. Para o autor, descentralizar não significa apenas transferir responsabilidades, mas garantir voz e vez a todos os segmentos da comunidade escolar.

¹ Pedagoga, com especialização em Gestão Educacional, pela Universidade Estadual de Campinas. Mestranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Supervisora Educacional no NAED Noroeste.

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. É líder do Grupo de Pesquisa Linguagens, Desenvolvimento Humano e Atividade Pedagógica, em que são desenvolvidos trabalhos na Linha de Pesquisa "Formação de Professores e Práticas Pedagógicas".





Paulo Freire (1987; 1993; 1996) amplia essa concepção ao afirmar que a democracia se constrói por meio da práxis dialógica, pelo encontro entre sujeitos que problematizam o mundo e produzem conhecimento. A escola, enquanto espaço público, deve ser o lugar da escuta e da palavra, e a gestão democrática deve ser prática educativa e formadora.

Barroso (2004) e Dagnino (2004) alertam, entretanto, para o risco da autonomia decretada e da confluência perversa entre discurso democrático e práticas gerencialistas. A autonomia escolar, quando submetida a controles hierárquicos, torna-se delegação de responsabilidades sem redistribuição de poder real.

Argumentamos que a participação ampla da comunidade escolar, um pressuposto da gestão democrática, é crucial para que o PPP se estabeleça como um documento vivo, reflexo das necessidades e aspirações de todos, e não apenas como uma formalidade burocrática, garantindo sua legitimidade e eficácia na transformação da realidade educacional. Por sua vez, Veiga (2003) e Sordi (2017) enfatizam que o Projeto Político-Pedagógico (ou Projeto Pedagógico) é um instrumento identitário e transformador, capaz de fortalecer a cultura democrática e a coautoria do trabalho pedagógico coletivo.

No contexto da Secretaria Municipal de Educação de Campinas, a criação da plataforma PP Online surge como proposta de inovação tecnológica voltada à elaboração, acompanhamento e divulgação dos Projetos Pedagógicos (PP) das escolas da Rede Municipal. Trata-se de uma iniciativa que, em seu discurso, busca associar tecnologia, transparência e participação. O PP Online possui potencial para ser uma tecnologia pública emancipatória, fortalecendo a transparência e a participação, desde que sejam garantidas condições reais de autonomia, tempo coletivo e formação política dos sujeitos escolares, orientadas pela dialogicidade e socialização do poder.

O desafio é transformar a plataforma digital em espaço de prática reflexiva e emancipatória, e não de simples gestão técnica do documento. A incorporação de tecnologias digitais na administração pública educacional tem se ampliado como parte de um movimento de modernização dos sistemas de ensino. Contudo, a digitalização de processos institucionais, quando não acompanhada de reflexão política e formativa, pode reforçar práticas de burocratização e controle.

Este artigo tem como objetivo analisar o potencial democrático e emancipatório da plataforma PP Online, articulando fundamentos teóricos e resultados empíricos de pesquisas locais. O estudo propõe compreender em que medida a implementação dessa tecnologia





contribui para a efetivação dos princípios da gestão democrática, especialmente no que se refere à autonomia das escolas, à participação coletiva e à publicização dos processos pedagógicos.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada teve como base a eleição de três temas que se articulam com o objetivo do trabalho e que foram examinados a partir de pesquisas sobre eles realizadas: O PP online e a política educacional de Campinas; A Avaliação Institucional Participativa (AIP) e convergências com o PP Online; Tecnologias Digitais, Participação e o papel da Supervisão Educacional. Foram realizadas buscas bibliográficas e análise documental de pesquisas encontradas sobre o tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O PP ONLINE E A POLÍTICA EDUCACIONAL DE CAMPINAS

Achados como a pesquisa de Nascente e Carvalho (2023), desenvolvida no âmbito do grupo DEFORGES/UFSCar, que analisou os documentos orientadores do PP Online da SME - Campinas, buscando verificar se esses materiais contribuem para o avanço da gestão democrática revelaram tensões importantes:

- (a) A participação aparece como valor recorrente nos textos, mas o processo é centralizado nas equipes gestoras;
- (b) A autonomia é pouco expressiva (4,9% das ocorrências), indicando dependência das diretrizes centrais da SME;
- (c) O uso da plataforma digital, embora inovador, tende a reforçar uma cultura de controle burocrático, com prazos e formatos rígidos para o preenchimento das etapas do PP.

Esses achados evidenciam que a democratização ainda não se realiza plenamente no ambiente digital. Como apontam as autoras, o PP Online, ao propor um processo padronizado e de tempo reduzido, acaba por limitar a possibilidade de construção coletiva do projeto escolar, transferindo às escolas a execução de uma tarefa predefinida pelo sistema.

Trata-se, portanto, de um exemplo concreto da “autonomia relativa” descrita por Barroso (2004), que delegou às escolas a responsabilidade sem assegurar o poder de decisão. A análise também sugere que o uso da plataforma pode tanto favorecer a transparência quanto restringir a participação, dependendo de como é apropriado pelos sujeitos.





A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARTICIPATIVA (AIP) E AS CONVERGÊNCIAS COM O PP ONLINE

A trajetória da Avaliação Institucional Participativa (AIP) na Rede Municipal de Campinas, descrita por Sabia, Penteado e Montejano (2024), oferece um referencial histórico e político para compreender o PP Online como parte de um movimento mais amplo de democratização das políticas educacionais locais.

Desde sua implementação, em 2008, a AIP buscou articular auto avaliação, participação e qualidade social, contrapondo-se ao modelo de avaliação meritocrática e de resultados. Inspirada na teoria de Luiz Carlos de Freitas e na noção de “qualidade negociada” de Bondioli (2004), a AIP se estrutura sobre princípios de corresponsabilidade entre Estado e escola, valorizando o trabalho coletivo, a escuta e a reflexão crítica.

Ao aproximar a AIP do PP Online, observa-se que ambas compartilham fundamentos semelhantes: (a) Valorização da participação como princípio organizador; (b) Articulação entre transparência e autonomia; (c) Busca pela qualidade social do trabalho pedagógico.

Entretanto, a diferença central está na intencionalidade pedagógica: enquanto a AIP promove espaços dialógicos de reflexão, o PP Online, em sua forma atual, tende a concentrar-se na eficiência técnica e na uniformização dos registros. Integrar a lógica formativa da AIP à dinâmica do PP Online seria um passo decisivo para transformá-lo em instrumento de emancipação e corresponsabilidade.

TECNOLOGIAS DIGITAIS, PARTICIPAÇÃO E O PAPEL DA SUPERVISÃO EDUCACIONAL

A democratização digital da gestão escolar depende da formação dos sujeitos e da mediação política dos processos. Nesse sentido, o supervisor educacional assume papel estratégico, como apontam Sabia et al. (2024): é ele quem pode tensionar as contradições entre controle e autonomia, apoiando as escolas na interpretação crítica das políticas e na apropriação formativa da tecnologia. A supervisão educacional, ao invés de exercer função fiscalizadora, deve atuar como instância pedagógica de apoio e mediação, favorecendo o uso do PP Online como ferramenta de reflexão coletiva. Isso significa promover espaços de diálogo, formação e acompanhamento que valorizem o protagonismo das escolas, garantindo que a tecnologia seja meio de escuta e partilha, não de padronização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS





A análise das políticas e pesquisas sobre o PP Online e a AIP na Rede Municipal de Campinas evidencia que a gestão democrática é uma construção histórica, processual e conflituosa. O PP Online representa um avanço na institucionalização da transparência e na visibilidade pública dos Projetos Pedagógicos. No entanto, o potencial emancipatório desta ferramenta depende de condições objetivas que ainda desafiam as escolas: tempo para o trabalho coletivo, formação crítica, reconhecimento da autonomia e mediação pedagógica das equipes técnicas. Mais do que um sistema de registro, o PP Online pode tornar-se um espaço de coautoria, reflexão e emancipação política, onde a tecnologia digital se converte em instrumento de formação humana, expressão da pluralidade e fortalecimento da escola pública como bem comum.

REFERÊNCIAS

- BARROSO, João. Autonomia e gestão das escolas: entre o discurso e as práticas. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 89, p. 725–751, set./dez. 2004.
- BONDOLI, Anna. *O significado da qualidade nas instituições educativas da infância*. Tradução: Maria Malta Campos. Campinas: Autores Associados, 2004.
- DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 3, n. 5, p. 139–164, 2004.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- NASCENTE, Letícia; CARVALHO, Jaqueline. A plataforma PP Online e a gestão democrática: limites e potencialidades de uma política educacional digital. *Anais do Seminário DEFORGES 2023*. São Carlos: UFSCar, 2023.
- PARO, Victor Henrique. *Gestão democrática da escola pública*. São Paulo: Ática, 1997.
- PARO, Victor Henrique. *Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação*. São Paulo: Cortez, 2001.
- SABIA, Deise; PENTEADO, Heloísa; MONTEJANO, Maria José. Avaliação Institucional Participativa (AIP) e gestão democrática: trajetórias e desafios na rede municipal de Campinas. *Revista da Educação Municipal de Campinas*, Campinas, v. 12, n. 2, p. 45–68, 2024.
- SABIA, Deise; PENTEADO, Heloísa; MONTEJANO, Maria José et al. A supervisão educacional e o uso pedagógico das tecnologias digitais na rede pública. *Cadernos de Gestão Educacional*, Campinas, v. 3, n. 1, p. 112–129, 2024.
- SORDI, Mara Regina Lemes de. *Projeto político-pedagógico: princípios e práticas para uma escola em movimento*. Campinas: Autores Associados, 2017.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas: Papirus, 2003.

